

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
--------------	----

Parte I

Formação, fundamentos e legado do CTN

OS 60 ANOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E SEUS ARQUITETOS	23
--	----

Alexandre Evaristo Pinto

1 Introdução	23
2 Antes do Código: fragmentação, federalismo e a necessidade de uma linguagem nacional	24
3 A longa construção do CTN: de 1953 a 1966	26
3.1 A Comissão Especial de 1953 e o Projeto de 1954	26
3.2 A retomada na década de 1960	27
4 Três arquitetos e três dimensões do sistema	30
4.1 Rubens Gomes de Sousa: a arquitetura conceitual e a autonomia do Direito Tributário	30
4.2 Gilberto de Ulhôa Canto: o artesanato jurídico, a advocacia e o processo	31
4.3 Gerson Augusto da Silva: política tributária, administração e praticabilidade	33
4.4 Complementaridade: três formas de construir o mesmo sistema	34
Referências	35

AS INFLUÊNCIAS E O PROCESSO DE CODIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: HOMENAGEM AOS SESENTA ANOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	39
--	----

Jeferson Teodorovicz

1 Introdução	39
2 O processo de codificação do Direito Tributário brasileiro	40
2.1 Antecedentes nacionais e as influências (nacionais e estrangeiras) do Anteprojeto e do Projeto de Código Tributário Nacional	43

2.2 A estrutura geral do "Anteprojeto" (1953), de autoria de Rubens Gomes de Sousa	47
2.3 A estrutura geral do Projeto de Código Tributário Brasileiro (1954)	51
2.4 A consolidação da codificação tributária no Brasil por meio da Lei n. 5.172, de 1966: a estrutura geral do Código Tributário Nacional	54
3 Considerações finais	62
 A ATUALIDADE DO CTN	 65
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
 O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	 71
<i>André Folloni</i>	
Introdução	71
1 Um exemplo hipotético e absurdo: o Imposto sobre Barbas	72
2 O contexto constitucional do Código Tributário Nacional	73
3 A importância multidimensional do princípio da capacidade contributiva	76
4 Dimensão protetiva do princípio da capacidade contributiva	79
5 Dimensão solidária do princípio da capacidade contributiva	82
6 O princípio da capacidade contributiva na Constituição de 1988 e espaços de tratamento por lei complementar	84
Considerações finais	91
Referências	91
 REVISITANDO O CONCEITO DE TRIBUTOS AOS 60 ANOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	 95
<i>Ramon Tomazela Santos</i>	
1 Introdução	95
2 A recepção constitucional e a importância do conceito de tributo	97
3 O conceito de tributo no art. 3º do CTN	98
3.1 Prestação pecuniária	99
3.2 O caráter compulsório	102
3.3 Não sancionatória de ato ilícito	105

3.4 Cobrado mediante atividade administrativa vinculada	107
4 O sujeito ativo como elemento do conceito de tributo	110
5 A noção de receita derivada como elemento do conceito de tributo	112
6 A irrelevância da denominação	115
7 A destinação do produto da arrecadação	116
7.1 A destinação do tributo e o desvio de recursos	118
8 Tributação e atos ilícitos	120
9 Conclusões	131

Parte II

Categorias do CTN e os desafios de sua aplicação

O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO CONTRIBUINTE	137
<i>Daniela Gueiros Dias Koury</i>	
Introdução	137
1 A tabela de relações jurídicas de Wesley Hohfeld	140
2 O CTN e a proteção do contribuinte	142
Conclusão	148
QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CONTRATOS: ESSÊNCIA E FORMA À LUZ DOS ARTS. 109, 110 E 116, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN	149
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
Introdução	149
1 Essência jurídica do contrato	152
1.1 A vontade declarada e o art. 112 do Código Civil	152
1.2 A boa-fé contratual e o art. 113 do Código Civil	153
1.3 Simulação e dissimulação: o art. 167 do Código Civil	154
2 Interpretação tributária dos contratos: os arts. 109 e 110 do Código Tributário Nacional	156
3 Essência jurídica e essência econômica na interpretação da lei tributária	159
Conclusão	163
Referências	164

OS 60 ANOS DO CTN E A NÃO RECEPÇÃO DO ART. 136: RESPONSABILIDADE OBJETIVA E INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA (ART. 5º, XLVI, DA CF/1988)	167
<i>Ariane Costa Guimarães</i>	
1 Introdução	167
2 O art. 136 do CTN e sua não recepção pela Constituição Federal	170
3 O direito fundamental à individualização da pena e sua aplicação às multas tributárias	174
4 A necessidade de revisão da teoria das multas tributárias à luz da Constituição Federal	179
4.1 A incompatibilidade entre responsabilidade objetiva e individualização da pena	179
4.2 A recepção parcial do art. 137 do CTN	180
4.3 A contribuição do direito comparado	181
4.4 A necessidade de provocação do STF via ADPF	182
5 Conclusão	184
Referências	187
ART. 43 DO CTN: UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO DA RENDA NAS OPERAÇÕES DE PERMUTA À LUZ DO CONCEITO DE RENDA	189
<i>Halley Henares Neto</i>	
Introdução	189
1 O art. 43 do CTN e a teoria jurídica da realização da renda	191
1.1 O conceito jurídico de renda no Código Tributário Nacional	191
1.2 A aquisição de disponibilidade econômica e jurídica	192
1.3 O princípio da realização da renda	197
2 A realização da renda nas operações de permuta	199
2.1 A natureza jurídica da permuta	199
2.2 A realização da renda nas operações de permuta	201
2.3 A incidência do imposto de renda sobre o ganho de capital na permuta	202
2.4 A permuta como evento de realização da renda	204
3 O problema da mensuração do ganho de capital na permuta e a questão do bem disponibilizado	205

O CTN PERMANECE CAPAZ DE ATUAR COMO NORMA GERAL FRENTE À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO?	213
<i>Elidie Palma Bifano</i>	
<i>Rafael Palma Bifano</i>	
1 Introdução	213
2 O que é uma norma geral no contexto do Direito brasileiro?	
O CTN ainda é norma geral?	214
3 Considerações gerais sobre o mundo das finanças: um salto no tempo	215
4 CTN, tributação da renda e as instituições financeiras	217
4.1 Os novos negócios	217
4.2 Evolução normativa do Sistema Financeiro Nacional e ampliação das formas de riqueza economicamente mensuráveis	219
4.3 A disponibilidade como núcleo do conceito tributário de renda: formação histórica da renda tributável	219
4.4 Disponibilidade econômica e jurídica	220
4.5 Valor justo, mensuração patrimonial e instrumentos financeiros	222
5 O debate contemporâneo sobre tributação de ganhos não realizados	224
6 Conclusões	227
OS PRAZOS DE DECADÊNCIA CONSTANTES DO CTN, QUADRO DE INSEGURANÇA JURÍDICA E MODULAÇÃO POR TRIBUNAIS SUPERIORES	229
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
1 Introdução	229
2 Os prazos de decadência e prescrição no CTN	231
3 Os prazos de decadência e de prescrição do CTN hoje são excessivos	233
4 O prejuízo para os contribuintes	235
5 O prejuízo para o Estado	239
6 A solução proposta	244
7 Conclusão	245

O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO EM CONSTANTE ESVAZIAMENTO. A APURAÇÃO ASSISTIDA E A NECESSIDADE DE REVÊ-LA DIANTE DO CTN	247
<i>Valter de Souza Lobato</i>	
<i>Arthur Possebon e Souza</i>	
Introdução	247
1 Do lançamento tributário no CTN: natureza e modalidades	249
1.1 Das controvérsias acerca do lançamento por homologação	251
2 Da inovação do STJ: surge a dispensa do lançamento	253
3 Das intersecções entre o lançamento tributário e a apuração assistida	256
Conclusões	263
Referências	264

Parte III

O CTN diante da reforma tributária

CTN SEXAGENÁRIO: CONTINUIDADE DOGMÁTICA E A REFORMA TRIBUTÁRIA	269
<i>Gustavo Brigagão</i>	
1 As origens do Código	269
2 A elaboração do anteprojeto	271
3 Sessenta anos de solidez	273
4 O mundo que sustentava o Código deixou de existir	275
5 A promessa de simplificação e a realidade do IVA dual	277
6 Leis complementares e a releitura do CTN	278
7 <i>Split payment</i> , garantias do contribuinte e litigiosidade	279
8 Continuidade dogmática, ruptura operacional	280
Referências	281
 O CTN E SUA RELEVÂNCIA NA NOVA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO	 283
<i>Carla de Lourdes Gonçalves</i>	
1 Introdução	283
2 O CTN como lei de normas gerais do sistema tributário nacional	284
3 A nova tributação do consumo: IBS, CBS e Imposto Seletivo	284

4 A atualidade do CTN diante da reforma	285
5 Legalidade, segurança jurídica e período de transição	286
6 Não cumulatividade, neutralidade e releitura das categorias tradicionais	287
7 Administração tributária, cooperação e Comitê Gestor do IBS	287
8 Interpretação do CTN à luz dos novos princípios constitucionais	288
9 Pontos de tensão entre o CTN e a nova tributação do consumo	289
10 A necessidade de atualização hermenêutica e legislativa	289
11 Conclusão	290
Referências	291
 CONVIVÊNCIA DO IBS E DA CBS COM O CTN: HARMONIA OU CONFLITO?	293
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução	293
1 Natureza e papel do CTN	294
2 Conflitos com disposições explicitantes de garantias constitucionais	295
3 Conflitos com disposições veiculadoras de opções legislativas legítimas	297
4 Natureza dispositiva de muitas normas do CTN e o art. 146 da CF/1988	300
Conclusões	301
Referências	302
 O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E A REFORMA TRIBUTÁRIA: AVALIAÇÃO GERAL E EXAME DA SUJEIÇÃO PASSIVA NA LEI COMPLEMENTAR N. 214/2025	305
<i>Vanessa Rahal Canado</i>	
<i>Larissa Luzia Longo</i>	
1 Introdução	305
2 Funções do CTN e da Lei Complementar n. 214/2025	306
3 Sujeição passiva no CTN e na Lei Complementar n. 214/2025	309
3.1 O conceito de contribuinte do CTN no contexto do IBS e da CBS	309
3.1.1 O nanoempreendedor	312
3.1.2 O produtor rural	313
3.1.3 O contribuinte no regime específico das operações com bens imóveis	314
3.2 Responsabilidade tributária no CTN e na LC n. 214/2025	316

3.3 Conexões entre a sujeição passiva no CTN e na LC 214/2025	318
4 Considerações finais	319
Referências	320

Parte IV

Atualização, tecnologia e o futuro do CTN

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	
CONVENIÊNCIA JURÍDICA DE IMPLEMENTAÇÃO DE NORMAS	325
<i>José Eduardo Soares de Melo</i>	
1 CTN. Fundamentos normativos	325
2 CTN. Natureza jurídica	326
3 CTN (1966). Tributos supervenientes (1988 a 2026)	328
4 Contribuições	331
4.1 Contribuições de intervenção econômica	332
4.1.1 Lineamentos	332
4.1.2 Operações com petróleo, gás natural (e seus derivados) e álcool combustível	333
4.1.3 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	334
4.1.4 IAA	334
4.1.5 Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa	335
4.1.6 Funtell	335
4.1.7 FUST	335
4.1.8 Condecine	335
4.1.9 Sebrae	335
4.1.10 Incra	336
4.2 Contribuições corporativas	336
4.3 Contribuições sociais genéricas	337
4.3.1 Salário-educação	337
4.3.2 Serviços sociais autônomos	337
4.4 Contribuições de seguridade social	338
4.4.1 Cofins	338

4.4.2 PIS	338
4.4.3 Folha de salários e rendimentos do trabalho	339
4.4.4 Lucro	339
4.4.5 Trabalhadores e segurados da previdência	339
4.4.6 Atividades rurais e pesca artesanal	339
4.4.7. Seguro de acidente do trabalho	340
4.4.8 Receita de concurso de prognóstico	340
4.4.9 CBS	340
4.5 Contribuição sobre iluminação pública e monitoramento	340
5 Sugestões	341
 O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL AOS 60 ANOS: POR QUE CONTINUA ATUAL EM UM SISTEMA TRIBUTÁRIO GLOBALIZADO?	343
<i>Nereida Horta</i>	
1 Introdução	343
2 O CTN como norma geral do sistema tributário brasileiro	346
3 A tributação internacional e os desafios do CTN de 1966	352
3.1 A alteração do art. 43 do CTN e a tributação dos lucros auferidos no exterior	355
4 Conclusão	356
 LIMITES CONSTITUCIONAIS AO PODER ALGORÍTMICO DE TRIBUTAR: O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL AOS 60 ANOS	361
<i>Paulo Caliendo</i>	
1 Introdução	361
2 O Código e seu contexto: codificação, constitucionalização e atualização	362
2.1 A codificação de 1966	362
2.2 A constitucionalização de 1988	363
2.3 A reforma fruto da EC 132/2023	364
3 O poder algorítmico de tributar: delimitação do fenômeno	365
3.1 Designação e delimitação	365
3.2 A base material do fenômeno	365
3.3 O exercício algorítmico do poder de tributar	366

4 A atualidade dos limites clássicos	368
4.1 A permanência dos limites clássicos	368
4.2 A necessidade de controle do risco <i>ex ante</i>	369
4.3 A explicabilidade como sucedâneo da intencionalidade	370
5 As limitações constitucionais ao poder de tributar algorítmico	370
5.1 Legalidade e tipicidade	370
5.2 A plena vinculação da atividade administrativa	371
5.3 Irretroatividade, anterioridade e a mutação silenciosa do critério	372
5.4 Igualdade e capacidade contributiva	372
5.5 Motivação e devido processo	374
5.6 Contraditório e o direito de contestar o método	374
5.7 Vedação ao confisco, proporcionalidade e sigilo	375
6 O desafio da opacidade algorítmica	376
7 Uma atualização necessária?	377
8 Conclusão	381
Referências	382
Referências bibliográficas	382
Referências legais e jurisprudenciais	383

O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL AOS 60 ANOS: INOVAÇÃO NORMATIVA E CODIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO PLP N. 124/2022	385
---	-----

Rafael Korff Wagner

Introdução	385
1 Lei complementar, normas gerais e o alcance da modernização	387
2 O Projeto da Comissão de 1954 e a modernização 60 anos depois	391
3 Origem, trâmite e conteúdo do PLP 124/2022	395
4 Critérios de aferição e taxonomia	397
5 Prevenção de litígios e conformidade	398
6 Consensualidade e eficácia diferida	401
7 Penalidades e dosimetria	405
8 Processo administrativo, crédito e cobrança	410
8.1 Consulta e pareceres jurídicos (art. 107)	410
8.2 O capítulo do processo administrativo fiscal (arts. 208-A a 208-J)	410

8.3 A técnica de implantação do art. 211-B	414
8.4 Domicílio tributário eletrônico (art. 127-A)	414
8.5 Solidariedade (art. 124, I)	414
8.6 Dívida ativa e corresponsáveis (arts. 201, §§ 2º e 3º, e 202, § 2º)	415
8.7 Mora sob liminar, indébito, habilitação e certidões	416
9 O que não foi tratado no PLP 124/2022	417
Conclusão	421
Referências	424
 O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COMPLETA 60 ANOS. PARABÉNS PARA QUEM?	 427
<i>Sergio André Rocha</i>	
1 Introdução	427
2 Um Código do seu tempo	428
3 Um Código que desconhecia as contribuições	431
4 Os impostos no CTN: permanência formal, defasagem real	432
5 "Legislação tributária" e seus dispositivos problemáticos	435
6 As regras de interpretação	439
7 O parágrafo único do art. 116: uma alteração que nunca pegou	443
8 A sujeição passiva e o dilema do "interesse comum"	446
9 A inadequação das regras sobre lançamento	448
10 A exclusão do crédito e a reinvenção da isenção	450
11 A centralidade da administração tributária	452
12 Com todos esses problemas, por que não se debate a edição de um novo CTN?	453
13 O PLP 124/2022: a mais recente intervenção no Código	454
14 Conclusão: sessenta anos são muitos anos	457